



MINISTÉRIO DA CULTURA
DESPACHO DECISÓRIO Nº 4/2023
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO Nº 004 - PREGÃO ELETRÔNICO 11/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **01400.008903/2023-93**

DO OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículo adaptado para ser usado como equipamento cultural móvel (MovCEU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

IMPUGNANTE: SQUELCH TELECOMUNICAÇÕES E VEÍCULOS LTDA

1. DA ADMISSIBILIDADE

1.1. Nos termos do item 24 do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 11/2023, em consonância com o disposto ao Art. 24 do Decreto 10.024, de 2019, é assegurado a qualquer pessoa impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

1.2. Com efeito, observa-se a tempestividade da Impugnação realizada pela empresa supramencionada, encaminhando-a em tempo hábil, no dia 28/11/2023, via e-mail compras.minc@cultura.gov.br. Neste sentido, reconhecem-se os requisitos de admissibilidade do ato de impugnação, ao qual passa-se a apreciar o mérito para decisão dentro do prazo legal, sem efeito suspensivo.

2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2.1. Em síntese a empresa apresenta impugnação contra

a) *"A menção da Lei 6.729/79 (Lei Ferrari)" Restringe e Direciona o certame licitatória diretamente para os Fabricantes, Distribuidoras e aos concessionários de veículos automotores de via terrestre, é incompatível com a livre concorrência e constitui reserva de mercado, prejudicando a competição entre os licitantes, a redução de preços e, eventualmente, a própria administração pública".*

3. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

a) solicita que seja retirada da *"lei 6.729/79, visto que afronta o princípio da competitividade"*.

4. DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

4.1. Considerando que as alegações apresentadas tratam de assuntos de ordem técnica, os autos foram endereçados ao setor demandante, que se pronunciou por meio da Nota Técnica 40 (SEI nº 1522252), sendo assim consubstanciada:

(...)

4.2. A referência à Lei nº 6.729/79 consta do Termo de Referência, no item "7 qualificação técnica licitante":

7.1.2 Comprovação do estrito cumprimento da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979 (Lei Ferrari) assegurando ser a licitante empresa autorizada a venda de veículo novo/zero quilometro e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

7.1.2.1 A exigência do cumprimento de requisito previsto em lei especial, encontra amparo na Lei 8666 /1993 em seu art.30, inciso IV, tornando claro obediência ao princípio da legalidade. Considerando que existem, conforme informação da FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, 7.300 (sete mil e trezentos) concessionárias em 1.050 cidades do país, não ocorrendo em quebra da concorrência ou restrição da competitividade, mas busca estritamente a efetividade do MovCEU, uma vez que sua implantação é regionalizada, e a revenda de veículo por não concessionário ou não fabricante (que também se caracteriza como consumidor final), a outro consumidor final, neste caso a administração pública aqui representada pelo Ministério da Cultura, restaria descaracterizado o conceito jurídico de veículo novo.

4.3. Apesar desta área demandante entender pela correta aplicação do dispositivo legal, no caso em epígrafe, tendo em vista se tratar de alegação de natureza jurídica e o que determinam os Incisos II e VII do Art. 11º do Decreto nº 11.336/2023, decidiu-se por encaminhar a solicitação de impugnação para apreciação da CONJUR (1519239), que encaminhou para a AGU (1522093). A AGU se manifestou por meio do DESPACHO n. 00450/2023/DIAQ/SCGP/CGU/AGU (1527782):

1. Aportam os autos nesta Diretoria de Aquisições, assim como também aportaram na Consultoria Jurídica junto à Pasta consulente, sem dúvida jurídica específica, o que nos impede - ao menos neste momento - de realizar pronunciamento que, de fato, auxilie o gestor do Ministério da Cultura no desenlace de eventual imbróglio.
2. Cabe ressaltar que impugnação e pedido de esclarecimento, por si sós, não reclamam manifestação dos órgãos de assessoramento jurídico, sendo necessário que se aponte qual é a dúvida jurídica que está impedindo a Administração de tomar sua decisão.
3. Compulsando o processo, percebe-se inclusive que área técnica demandante ainda não prestou subsídios à área administrativa, cabendo eventual pronunciamento por parte da DIAQ/SCGP após oitiva daquela (caso, repita-se, haja de fato alguma dúvida jurídica no caso concreto)

4.4. Por fim, a CONJUR/MinC se manifestou, por meio do DESPACHO n. 00833/2023/CONJUR-MINC/CGU/AGU (1527789), concordando com a manifestação da AGU e acrescentando que:

Ademais, o controle interno da legalidade realizado por este órgão jurídico não tem o condão de se imiscuir em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

No caso em tela verifica-se a impugnação quanto à aplicação ao certame da Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari), que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre - decisão do gestor público de prever referido requisito de habilitação técnica no edital. Assim, compete ao gestor público decidir, justificadamente, pela previsão e necessidade deste requisito no edital.

Do mesmo modo a impugnação quanto às microempresas ou empresas de pequeno porte, isto é, cabe à área técnica averiguar se o porte das referidas empresas alcançam ou não o objetivo almejado em âmbito nacional - não se tratando, salvo melhor juízo, de uma dúvida jurídica propriamente.

4.5. De início, cumpre esclarecer que, conforme Art 2º III, da Lei nº 8.112/90 cabe ao servidor "*observar as normas legais e regulamentares*", não havendo a previsão de escolha de qual legislação cumprir e qual deixar de observar, sendo todas objeto de cumprimento. Dito isso, não se vislumbra, de antemão, a possibilidade de escolha pela abstenção da observação do pressuposto legal.

4.6. A exigência do cumprimento de requisito previsto em lei especial, encontra amparo na Lei 8666/1993 em seu art.30, inciso IV, tornando claro obediência ao princípio da legalidade.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

4.7. Além disso, em ações acerca do tema, há exemplos de entendimentos, normativos, decisões e jurisprudências em direção à necessidade de obediência à Lei nº 6.729/79, conforme descrito a seguir:

4.8. Exemplo de decisão 01: Estado de Santa Catarina - Município de Saudades - Pregão nº 150/2023. SEI 25000.041715/2023-48

Comunicamos que aceitamos a impugnação do item 18.1 do Edital quanto ao prazo de entrega e a solicitação de proibição de empresas sem a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante (Lei 6.729/1979) e Deliberação 64/2008 do CONTAN.

4.9. Exemplo de decisão 02: Estado do Paraná -Município de Diamante do Sul:

Quanto a alegação da empresa de que o instrumento convocatório requer um veículo zero quilômetro com o primeiro emplacamento e em nome da administração, e para que isso possa ocorrer dentro da legalidade seria necessário que o edital trouxesse em suas cláusulas a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo aneas or fabricante ou concessionário credenciado, de fato pode ferir o princípio da legalidade do procedimento licitatório, isso porque , revenda não detentoras de concessão comercial das produtoras não podem realizar o primeiro emplacamento, o qual s pode ocorrer pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou junto ao concessionário. Portanto assiste razão a empresa impugnante.

4.10. Exemplo de decisão 03: Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso:

O entendimento do Tribunal de contas do Estado do Mato Grosso no Processo nº 233544/2016, a Lei Ferrari, a deliberação do CONTRAN nº 64/2008 e a Portaria nº 525/2019 do DETRAN, no sentido de que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final.

4.11. Exemplo de decisão 04 : [Acórdão 1630/2017-TCU-Plenário](#) - Tribunal de Contas da União.

37. Diante dos esclarecimentos encaminhados pelo Contran, e resgatando a análise efetuada na instrução anterior (peça 30), replicada nos itens 9-21 desta instrução, resta elucidada o cerne da questão, qual seja, saber se há necessidade de emplacamento por parte dos revendedores independentes. De acordo com o Contran, os veículos, objetos do certame, deverão ser emplacados e registrados pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.

38. Dessa forma, os argumentos apresentados pelo Senac/SP possuem razoabilidade, no que concerne à impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari), posto que, segundo seus art. 1º e 2º, veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).

39.. Também se deve considerar consonante com a lei, pois devidamente ratificado pelo Contran, que as empresas comerciantes de veículos ficariam caracterizadas como consumidores finais, uma vez que, por não serem concessionárias autorizadas, nem fabricantes, seriam obrigadas a registrar, licenciar e emplacar os veículos obtidos de fábricas/concessionárias autorizadas.

40. Diante disso, de acordo com a Lei Ferrari, uma concessionária não autorizada, se eventualmente vencedora do certame em análise, estaria revendendo veículos

seminovos, ou “de segundo dono”, mesmo que “zero quilômetro” ao Senac/SP, o que, definitivamente, não é o objeto buscado pela Concorrência 11.211/2017.

41. Por fim, procede o argumento apresentado pela entidade, que o primeiro emplacamento somente pode se dar quando da aquisição de veículo junto ao fabricante ou lojas de revenda formalmente credenciadas pelos fabricantes, e que situações diferentes dessas implicam, necessariamente, em dizer que o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo. Nesse sentido, apontam os entendimentos apresentados como exemplos, da Comissão de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (peça 19, p. 10-11), e o edital de pregão eletrônico 35/2016, do Tribunal Regional Federal da 5ª região - TRF5 (peça 27, p. 7).

42. Ante todo o apresentado, observa-se que os argumentos da jurisdição podem ser acolhidos e a ocorrência resta afastada. Dessa forma, propõe-se a revogação da cautelar concedida.

43. Cumpre ressaltar que uma vez esclarecida a questão, entende-se escusada a diligência à empresa vencedora do certame, consoante determinação do Ministro Relator.

4.12. Manifestação do CONTRAN: Por meio do Ofício nº 2.134/2017, de 05/07/2017, o CONTRAN informa que:

a) nos casos em que há aquisição de veículo “zero quilômetro” é necessário o emplacamento do veículo por parte da revenda não autorizada (em seu nome, com posterior transferência) ou o veículo terá seu primeiro registro nos órgãos de trânsito em nome da Administração Pública? Resposta: O veículo deverá ser registrado em nome da pessoa jurídica que consta da nota fiscal emitida pela fabricante/concessionária do veículo. Assim, esclarecemos que o veículo deverá ser emplacado e registrado pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.

b) o veículo “zero quilômetro” adquirido de revenda não autorizada poderia ser considerado como “de segundo dono”? Resposta: Sim.

c) caso haja registro em nome da revenda não autorizada, o veículo deixa de ser “zero quilômetro” ou “novo”, apenas em razão do registro? Resposta: O simples fato de o veículo ser registrado em nome da revendedora não retira a característica de veículo “zero quilômetro”. Todavia, a partir do momento em que o veículo sai da fabricante/concessionária (ou revenda autorizada) deixa de ser um veículo novo.

4.13. Portaria nº 525/2019/Detran-MT:

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/MT, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto nos artigos 120, 121 e 125 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro; Considerando que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final, resolve:

Art. 1º Estabelecer que somente será considerada como nota fiscal válida, para fins de registro/emplacamento de veículo, as notas fiscais faturadas por pessoa jurídica com CNPJ idêntico ao CNPJ informado pelo fabricante na Base de Índice Nacional - BIN, correspondente ao campo “CNPJ de Faturamento”.

§1º A variação de CNPJ entre a pessoa jurídica responsável pela emissão da nota fiscal e o CNPJ indicado na BIN somente será aceita para os casos de variação entre CNPJ da matriz e CNPJ da filial.

4.14. Conforme manifestações feitas pelos órgãos de Trânsito, a compra de um veículo de uma empresa não autorizada pelo fabricante, descaracteriza a condição de veículo novo, condição em que as garantias sejam oferecidas pelo fabricante ao comprador original. Entretanto, nesse, caso o comprador original não seria a administração pública, mas terceiro, e a administração seria o “segundo dono”, donde se conclui que restariam prejudicadas as garantias.

4.15. Em continuidade a análise, esclarece-se que se trata de uma compra nacional, onde cada partícipe assinará o contrato diretamente com a empresa vencedora do certame. Dentre os partícipes, destacamos o município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, que deverá cumprir o que estabelece a Portaria nº 525/2019/Detran-MT:

"Considerando que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final, resolve: Art. 1º Estabelecer que somente será considerada como nota fiscal válida, para fins de registro/emplacamento de veículo, as notas fiscais faturadas por pessoa jurídica com CNPJ idêntico ao CNPJ informado pelo fabricante na Base de Índice Nacional - BIN, correspondente ao campo "CNPJ de Faturamento".

4.16. Condição essa que não poderá ser atendida por empresa que não se enquadre na exigência da referida portaria, de que seja fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica).

4.17. Além disso, a aquisição do MovCEU não trata da simples aquisição de um veículo de modelo comercial corrente. Deve-se atentar para o fato de que o MovCEU inclui uma adaptação substancial do veículo, acrescentando-se uma estrutura robusta no seu salão traseiro contendo, inclusive, uma biblioteca com livros (alta carga concentrada) o que requer extremo cuidado à execução do seu projeto e garantia de que a transformação não compromete a estabilidade e segurança do veículo. Para isso, preocupou-se em exigir, por exemplo, no item 10.3 do Termo de Referência "10.3 Apresentar certificado de Garantia expedido comprovando que a transformação é devidamente homologada pela Engenharia da Montadora, não alterando a garantia do veículo solicitada no descritivo, conforme modelo sugerido no Apêndice IV." , o que uma empresa não autorizada por nenhuma montadora não poderá atender.

4.18. Trata-se, ainda, de uma aquisição por Registro de Preços, assim, uma empresa de revenda veicular teria a necessidade de comprar da fabricante e revender à administração pública mantendo o mesmo preço durante a vigência da Ata, o que seria um grande risco para a plena execução do contrato e podendo ocasionar impacto direto à execução do Programa Territórios da Cultura.

4.19. Por fim, ao se aplicar a Lei nº 6.729/79, buscamos não somente cumprir a legislação vigente, uma vez que está previsto na Lei 8666/93 Art. 30, IV a "prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial", mas também a efetividade na compra, tendo em vista que o MovCEU possui especificações e equipamentos ímpares ao mercado de venda de automóveis, desenvolvimento e execução de projeto inédito, com necessidade de garantias estruturais, de estabilidade e segurança e efetividade de entregas em todo território nacional, dentro dos prazos estabelecidos na contratação. Ademais, considerando que existem, conforme informação da FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, 7.300 (sete mil e trezentos) concessionárias em 1.050 cidades do país, não ocorre quebra da concorrência ou restrição da competitividade, mas busca estritamente à efetividade da contratação do MovCEU.

4.20. Ante os motivos expostos, depois da análise das pretensões aludidas pela impugnante, conclui-se que o Termo de Referência está em conformidade com a jurisprudência, necessidades da administração e especificidade técnica do objeto.

5. CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

5.1. Após a avaliação da Equipe Técnica dos fatos supostamente impugnáveis, preservando o princípio da isonomia e estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, considera-se improcedente o pedido de impugnação ora apresentado.

6. DECISÃO

6.1. Diante do exposto, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, subsidiado pela área técnica demandante, e com lastro nos posicionamentos levantados, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA do Pedido de Impugnação nº 004 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2023, interposto pela empresa **SQUELCH TELECOMUNICAÇÕES E VEÍCULOS LTDA.**

6.2. É a decisão.

FREDERICO GUIMARÃES CARDOSO

Pregoeiro oficial



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Guimarães Cardoso, Pregoeiro**, em 08/12/2023, às 02:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1537187** e o código CRC **D1AD8103**.

Referência: Processo nº 01400.008903/2023-93

SEI nº 1537187